



Postos Pernambuco

Revista do Sindicombustíveis-PE | Ano 03 | Nº 24 | 2016

mercado | meio ambiente | gestão empresarial | qualidade | jurídico

A Revenda **Sangra**

Até quando vamos
esperar pelas Reformas
Trabalhista e Previdenciária?

ENTREVISTA

O jurista Sérgio Aquino fala à
Postos Pernambuco sobre o
impacto da legislação trabalhista
no Setor Revendedor de
Combustíveis



Novos Associados

Julho

Posto Zaicaner LTDA - Recife

Agosto

Posto Dom Helder - Jaboatão dos Guararapes
RDF Combustíveis LTDA - Vitória | Posto Triângulo LTDA - Paudalho

Setembro

Comércio JPires LTDA - Bodocó | Posto X LTDA- Caruaru
Cintra da Mota Com. Petróleo (La Roque) - Recife
André Luis Ferrer Teixeira Comb. (Autoposto Arrudão II) - Caruaru
Wallace Carvalho de Arruda (Autoposto Arrudão) - Bezerros
L&M Combustíveis LTDA - EPP (Posto Gravatá Acu) - Caruaru
Nayra Monteiro Braga EPP (Posto São Bento) - São Bento do Una
H.Amorim de Moura Brasileiro Comb. (Posto Castelinho) - Garanhuns
Terezinha de Almeida Leite e Cia (Posto São Lázaro) - Sanharó

Outubro

Graças Combustíveis LTDA - Recife



Fotolegenda - O Programa Carro da Qualidade, sempre constante no dia a dia dos postos revendedores de combustíveis do estado.

EXPEDIENTE

Alfredo Pinheiro Ramos
Diretor Presidente

José Edmilson Farias Alves
Diretor Vice Presidente

Felipe Monte da Carvalheira
Diretor Secretário Geral

Felício Casale Filho
Diretor Tesoureiro Geral

Winston de Souza
Diretor de Relações Institucionais

Joaquim Jorge da Silva Sobrinho
Diretor de Relações Econômicas

Públio César Ramalho dos Santos
Diretor de Integração Social

Conselho Fiscal

Américo Martins Barbosa
Fernando Luiz Paranhos Gazineu
Francisco Chagas Lins

Suplentes

Fernando Francisco Domingues Cavalcanti
Celso José Campos de Moraes
José Afonso Nóbrega Waechter



Redação, Edição e Diagramação:

Impresso Comunicação

Empresarial

Jornalista Responsável:

Gabriela Vasconcelos

DRT/PE 2698 I

Editorial

Ainda no aguardo das Reformas Trabalhista e Previdenciária



Alfredo Pinheiro Ramos
presidente

Passados praticamente três gestões de governos federais, continuamos esperando por duas das mais importantes reformas na legislação brasileira, com fins no desenvolvimento econômico e social do nosso país: a Trabalhista e a Previdenciária.

As novas relações trabalhistas que se apresentam no dia a dia do empreendedor, em nosso caso, o revendedor de combustíveis, que ensejam tratamento e acordos específicos, somada ao colapso do sistema previdenciário reforçam a importância de um desfecho urgente dessas duas matérias.

O Sindicombustíveis-PE entende que tal urgência não significa um comportamento assodado e negligente, uma vez que faz anos que os temas acima citados são debatidos nas esferas do poder público - executivo, legislativo e judiciário - além da iniciativa privada, com amplos debates promovidos pelos sindicatos e federações.

Para prover o nosso associado de mais informações sobre a questão trabalhista, entrevistamos nesta edição da revista Postos Pernambuco o renomado advogado trabalhista Sérgio Aquino. O jurista fez uma breve análise das relações trabalhistas e apontou os impactos dos novos conceitos que poderão ser estabelecidos com a reforma no setor revendedor de combustíveis.

No início do seu governo, o presidente Michel Temer colocou diante do povo brasileiro as reformas Trabalhista e Previdenciária como duas de suas principais metas. Meses depois, já começamos a ouvir notícias de que elas ficarão para o segundo semestre de 2017. Mas até quando podemos esperar por essas mudanças?

A economia encontra-se sofrida diante da crise sem precedentes pela qual passamos. É verdade que já começamos a mensurar nas pesquisas nacionais um elevação do índice de confiança tanto do empresariado quanto da população, mas sem essas definições cruciais em um país que ostenta 12 milhões de desempregados o caminho para uma saída digna fica ainda mais longo. Precisamos pressionar nossos representantes políticos para que levem adiante esses temas sem mais demora, a fim de que novos empregos sejam gerados com a segurança jurídica necessária, a economia seja aquecida e possamos todos investir em nossos negócios com a confiança de quem colherá bons frutos no futuro.

sumário

03 - EDITORIAL

04 e 05- JURÍDICO

06 E 07 - ESPECIAL REFORMA TRABALHISTA

O advogado Sérgio Aquino fala sobre os impactos no setor revendedor de combustíveis

09- NACIONAL

Fecombustíveis e sindicatos se posicionam sobre descontos da Petrobras.

10 - COMBUSTÍVEIS

Evolução no volume comercializado de acordo com tabela da ANP

11 - MERCADO

Importação maior de combustíveis desequilibra pequenos revendedores

12 e 13 - SEGURANÇA

14 - BALANCETE

15 - MOVIMENTO

16 E 17 - SEU ESTADO

18 - ATO COTEPE | TELEFONES E LINKS ÚTEIS

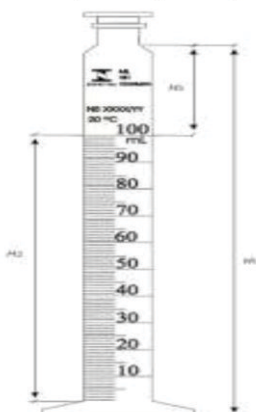
Informações Jurídicas

PROVETAS DE VIDRO DO INMETRO TEM NOVAS ESPECIFICAÇÕES

A partir de 04 de Junho de 2017, todos os postos revendedores de combustíveis estarão obrigados a utilizar provetas de vidro de 100 ml que atendam as novas especificações de fabricação determinadas pelo Inmetro no mês de Outubro. Trata-se de objeto utilizado para medição de teor alcoólico anidro na gasolina e de posse obrigatória por parte dos revendedores.

De acordo com a Portaria Inmetro nº 528/2014, os fabricantes não mais poderão comercializar proveta de 100 mL fora dos novos parâmetros metrológicos, passando-se a exigir a utilização do equipamento que atenda às exigências técnicas estabelecidas pela Portaria.

As novas exigências determinam que as provetas passem a possuir tampas e bases fabricadas em vidro borossilicato, boca esmerilhada, devem ter estabilidade quando colocadas em superfície plana; traços de graduação na cor branca, nítidos, permanentes e com espessura uniforme. A consultoria jurídica do Sindicombustíveis-PE lembra ainda que nos termos da Resolução ANP nº 9/2007, todos os revendedores são obrigados a manter em seus estabelecimentos os equipamentos necessários à verificação da qualidade e quantidade dos produtos comercializados, sob pena de aplicação de multa no valor mínimo de R\$ 5.000,00.



A Portaria Inmetro nº 528/2014 foi, recentemente, alterada pela Portaria Inmetro nº 45/2016, que estabeleceu prazo de 24 meses para que os revendedores passem a utilizar a nova proveta.



IPEM PROMOVE ENCONTRO COM REVENDEDORES

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco - IPEM, promoveu no dia 20 de setembro junto aos revendedores de combustíveis uma reunião de alinhamento dos procedimentos de ordem técnica nas bombas medidoras de combustíveis. Dezenas de postos estiveram representados por seus diretores, gerentes e chefes de pista. O presidente do Sindicombustíveis-PE, Alfredo Pinheiro Ramos, o diretor Francisco Casale, e o consultor jurídico, Luiz Ricardo Guerra também estiveram presentes. Entre as resoluções, ficou acordado a elaboração pelo IPEM de lista com empresas autorizadas pela instituição e pela Secretaria da Fazenda do Estado - Sefaz-PE a realizarem procedimentos técnicos nas bombas. (Confira lista na pg. 15).



TAXAS DA CPRH E DO IBAMA NÃO SERÃO MAIS PAGAS EM GUIA ÚNICA

Os revendedores de combustíveis atuantes em Pernambuco devem estar atentos para as modificações realizadas recentemente pela Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA com relação ao pagamento da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental (TCFA) e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Pernambuco (TFAPE), até então quitadas em um boleto único. É que a partir da competência do 4º Trimestre de 2016, em Pernambuco, o pagamento da TCFA e do TFAPE serão realizados separadamente.

A informação foi confirmada pela presidente da CPRH, Simone Souza, que reforçou que os contribuintes seriam devidamente orientados através de comunicado conjunto da CPRH e do IBAMA.

O comunicado, já disponível no site da Agência, no site do Sindicombustíveis-PE e no Facebook do sindicato, fornece um passo a passo para o revendedor. De acordo com o documento, o revendedor deverá primeiro emitir as guias de pagamento separadamente através dos sites do Ibama e do CPRH. Em seguida, com o comprovante de quitação do TFAPE, o contribuinte deverá solicitar ao Ibama o desconto garantido por lei com duas possibilidades.

Até um dia útil antes do vencimento da TCFA, o contribuinte deverá apresentar o comprovante de pagamento da TFAPE ao Ibama presencialmente ou pelo e-mail sar.pe@ibama.gov.br, solicitando a emissão da nova guia com o desconto.

Na segunda opção - caso o prazo já tenha se esgotado - o contribuinte deverá pagar integralmente a TCFA e solicitar ao Ibama através do e-mail acima o ressarcimento do valor pago à CPRH.

De acordo com a presidente da CPRH, essa operação tornou-se necessária em razão da suspensão do acordo de cooperação firmado entre o Ibama e a CPRH, em outubro deste ano. As instituições estão trabalhando para o reestabelecimento do boleto único com a maior brevidade. Simone Souza aproveita para ressaltar a importância do pagamento da TFAPE, instituída pela Lei Nº 13.361 com o objetivo de disponibilizar à CPRH os recursos necessários ao

controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. «As renovações das licenças ambientais emitidas pela CPRH só poderão ocorrer se o revendedor estiver adimplente.», lembra. A presidente informa ainda que dois profissionais da CPRH estarão à disposição na portaria da instituição para tirar dúvidas e auxiliar o revendedor a resgatar o seu login e senha para acessar o portal da Agência, a fim de atualizar seus cadastros e emitir a guia.



**SALES
RODRIGUES
GUERRA**
& Advogados Associados

A REFORMA TRABALHISTA E A REVENDA DE COMBUSTÍVEIS

Embora seja tema de discussões acirradas há vários anos, a chamada Reforma Trabalhista voltou a ser destaque no segundo semestre do ano com a posse de Michel Temer como Presidência da República, após o Impeachment da presidente Dilma Rousseff. Isso porque sua equipe de governo chegou a divulgar que a proposta seria encaminhada para votação no Congresso Nacional antes do final do ano. Bom, o final está perto e dificilmente essa promessa será cumprida, deixando a Reforma Trabalhista mais uma vez, para um futuro cada vez mais incerto. Mas até quando os empregadores vão poder esperar por leis trabalhistas consonantes com a realidade econômica e social vigente?

Para o advogado trabalhista Sérgio Aquino, um dos principais entraves dessa reforma é a falsa percepção de que o trabalhador ou seu sindicato não são aptos para defender e definir os interesses de suas categorias laborais sem a presença ou anuência massiva do Estado.

Para ilustrar esse raciocínio, o jurista elenca algumas questões: Excesso de norma protetiva é de fato proteger o trabalhador? O engessamento das relações do trabalho é proteger o trabalhador? Desconhecer a capacidade do trabalhador e de seu órgão de classe em se proteger é proteger o trabalhador? Delegar para o estado tudo que seja entendimento do que seja defesa do trabalhador é proteger o trabalhador? Para ele, a resposta de cada uma dessas questões é a mesma: "não".

Segundo Sérgio Aquino, essa linha de pensamento cresceu e criou raízes no Brasil ao longo de décadas, fomentada pela forma como os acontecimentos da história das relações do trabalho foram interpretadas no país e pelos impactos gerados em nossa legislação. Para ele, uma boa revisão nessa linha do tempo pode explicar muita coisa e até descortinar erros. "O que eu sinto hoje é que as pessoas observam o Direito do Trabalho de forma isolada. Não entendem que ele é um componente do sistema como um todo, e mais do que um texto, um contexto". Com tal pensamento aliado ao fato da ideologia muitas vezes presidir a lógica no Brasil, incorre-se em equívocos conceituais.

Passo a passo nas relações do trabalho - Ao longo da história, o entendimento da relação trabalhista como algo comercial gradativamente foi mudando para uma questão social, com direitos inerentes. Foram fatos marcantes para essa mudança o fim do feudalismo, o fim das corporações de ofício, a industrialização, os incipientes movimentos europeus de identidade do trabalhador como a campanha conhecida como a dos três 8 - 8hs de trabalho, nenhuma criança abaixo de 8 anos poderia trabalhar e, por último, salário mínimo de 8 Xelins - que representava um mínimo de sobrevivência, mais tarde o Manifesto do Partido Comunista de 1948, de Karl Marx e Friedrich Engels, e no Brasil, o incentivo à imigração da mão de obra com o final de escravidão, a promulgação da Constituição de 1934, nova constituição outorgada em 1937 com a instituição do Estado Novo, o estabelecimento das juntas de conciliação e o desenvolvimento das organizações sindicais.

ICMS

O Supremo Tribunal Federal - STF decidiu a favor do contribuinte sobre a possibilidade de aproveitamento de créditos tributários do ICMS substituição. Assim sendo, o Sindicombustíveis-PE, através da sua assessoria jurídica, representada pelo Escritório Sales Rodrigues, Guerra e Advogados Associados - SRG, já vem tomando todas as medidas judiciais cabíveis, discutindo a questão desde o ano de 2005. Dessa forma, em breve, todos os associados da entidade receberão informações mais precisas a respeito dos procedimentos para aproveitamento dos citados créditos. O Sindicombustíveis-PE e sua assessoria jurídica estão à disposição para prestar outras informações e/ou esclarecer eventuais dúvidas.

Legislação precisa se atualizar - "Numa situação em que o país é presidido por uma ideologia, quando o mundo hoje é completamente interligado, ainda temos uma gama de encargos com limitadores que não pertencem ao campo de interesse do trabalhador, e que o estado, de forma autoritária impõe, em detrimento desse trabalhador", considera Sérgio Aquino.

Ainda discute-se hoje a validade da chamada autonomia coletiva privada. "Quando o sindicato discute alguma norma e essa norma não está exatamente de acordo com a legislação - ainda que não a afronte, mas seja para além ou aquém do que a legislação determina, diz-se que isso não pode ser válido porque o legislado é melhor. Será?", pondera Aquino, que põe em xeque a "tutela" que o Estado faz para o trabalhador: "É uma mentira", dispara. "Não tem ninguém que possa ter produzido mal maior para o trabalhador do que um Estado que produziu 12 milhões de trabalhadores desempregados. Teve degradação maior do emprego?", questiona ele.

Na opinião do jurista, hoje o que se vê muitas vezes no Judiciário Trabalhista é a ideologia presidindo o processo decisório e causando insegurança a quem quer gerar emprego e renda. "Seria muito mais fácil para um empresário colocar o seu dinheiro em aplicações financeiras e viver daquela renda. Acontece que ele não quer ficar em casa, ele quer contribuir com a sociedade", considera.

Mas como é possível empresariar em um cenário de insegurança e com grande competitividade, inclusive com o mercado internacional? Na opinião de Aquino, para ter boa condição de competitividade, a economia precisa estar toda aberta, é preciso condições de infraestrutura necessária para baratear custos como fretes, além da segurança jurídica dos contratos, inclusive os trabalhistas. «Hoje, os encargos trabalhistas, somados aos custos de uma demissão, desestimulam a geração do emprego e incitam a automação. Nossa legislação trabalhista atual engessa a relação entre o empregado e o empregador», diz.



Uma boa notícia é que o Supremo Tribunal de Justiça começa a emitir entendimentos que priorizam o negociado sobre o legislado. «A legislação trabalhista precisa ser uma referência, e não um elemento intransponível.

Incentivo ao debate franco - Sérgio Aquino reforça ser preciso aproveitar esse momento de discussão da legislação trabalhista para falar sobre o que realmente significa defender o interesse do trabalhador. "O que eu acho que é verdadeiramente proteger o trabalhador é estimulá-lo a conhecer o que é importante para ele e permitir que ela possa dizer o que quer", defende.

O jurista lembra que, diferente daquele trabalhador desinformado de 70 anos atrás, hoje ele tem muito mais meios de comunicação e de informação independentes que lhe permitem formar a sua compreensão de mundo.

"Temos que respeitar o que é negociado, precisamos dar autonomia aos sindicatos e impedir esse abuso de normas que vivemos. É um equívoco achar que onde um ganha, o outro perde. É possível encontrar soluções convenientes para ambas as partes através do consenso", conclui.

Microsffer[®]

A MELHOR COMPANHIA NA ADMINISTRAÇÃO DO SEU POSTO

Mais do que um software de gestão,
o **SIGPosto** da Microsffer oferece
soluções completas para uma
administração rápida e eficiente.



SIGposto

Abertura e encerramento
de caixa com fácil
operação e controle
de vendas.



SIGloja

Controle de todas as rotinas
operacionais da loja
de conveniência de
forma simples e prática.



SIGretaguarda

Gestão inteligente,
com relatórios
operacionais, fiscais
e financeiros integrados.



SIGrede

Integra e consolida
todas as informações
dos postos da rede em
um escritório central.

SEJA UM CLIENTE MICROSSFFER

Entre em contato conosco e agende uma visita:

São Paulo (11) 2982-5940 | Rio de Janeiro (21) 3547-3812 | Bahia (75) 3614-8436 | Pernambuco (81) 3241-1637

Da Petrobrás aos postos, o desconto ficou pelo caminho



No dia 14 de outubro, a Petrobras divulgou com alarde a redução de custos da gasolina e do óleo diesel nas refinarias, antecipando ainda uma provável queda dos preços desses combustíveis na bomba, aliviando o bolso do consumidor final. Esqueceu apenas de avisar que no caminho entre as refinarias e os postos revendedores são muitas as variáveis que compõem esses preços. Entre elas, fretes, impostos, adição de etanol anidro e o custo das distribuidoras. A omissão dessa informação gerou grande alvoroço junto ao consumidor final e aos veículos de comunicação de todo o país, que cobraram dos postos a tal redução. Como não veio, o setor mais uma vez ficou com a incubência de receber as críticas e se explicar.

Diante das críticas recebidas pela revenda em vários estados, a Fecombustíveis emitiu um comunicado dando conta de todo o percurso desses combustíveis até chegar no tanque do motorista. No documento, corroborado pelo Sindicombustíveis-PE, a Federação afirma que a redução não está sendo repassada pelas distribuidoras aos postos revendedores, o que impossibilitou a diminuição do combustível ao consumidor final.

Explica como sendo o principal motivo o fato do custo final da gasolina ter permanecido praticamente inalterado em função do impacto da alta do preço do etanol anidro, misturado à gasolina em 27%, cujo aumento significativo anulou a redução de preços da gasolina pela Petrobras.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (Cepea/Esalq), de 1º a 14 de setembro, o reajuste foi de 18,52%. Desde 13 de maio, auge da safra, até outubro, o reajuste é de 33%.

Com relação ao óleo diesel, a Federação destacou seu custo final como uma situação preocupante. No último leilão de biodiesel, promovido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, conforme divulgado pela BiodieselBR, as distribuidoras adquiriram o biocombustível 19% mais caro em relação ao leilão anterior, ou seja, nos próximos dias tal aumento deverá ser repassado para o custo do óleo diesel B, que recebe a adição de 7% de biodiesel.

Ou seja, em função dos custos mais elevados do etanol anidro e do biodiesel que impactam diretamente no custo final da gasolina e do óleo diesel, os postos não compraram os combustíveis com menor preço.

A Fecombustíveis e o Sindicombustíveis-PE ressaltam que a redução de custos dos combustíveis nas refinarias pela Petrobras não considera os custos dos biocombustíveis, que são embutidos no preço final da gasolina e do diesel. Além disso, as entidades reforçam que o mercado é livre e competitivo em todos os segmentos e que zelam pela livre concorrência e pela livre iniciativa.

Cai volume de combustíveis comercializado no país

O ano de 2016 não está sendo positivo para a comercialização de combustíveis no estado de Pernambuco. Chega-se a essa conclusão após uma avaliação dos dados da Agência Nacional do Petróleo-ANP, relativa ao volume de combustíveis comercializados pela distribuidoras.

De acordo com a pesquisa, foi unânime a tendência de queda no volume comercializado de gasolina tipo C, etanol hidratado e diesel nas respectivas variações acumuladas do ano. A queda mais grave foi observada no diesel, com percentual negativo de 23,4%, seguido pela redução no volume de etanol hidratado

comercializado em 2016, 18,2% inferior ao mesmo período de 2015. Já a gasolina, embora tenha registrado uma variação negativa, a mesma foi menos significativa do que os demais combustíveis: -0,8%.

Apesar de manter níveis de venda pelas distribuidoras semelhantes ao ano anterior, o mesmo não se pode dizer quanto a sua lucratividade, que na opinião do presidente do Sindicombustíveis-PE, Alfredo Pinheiro Ramos, anda inferior à 2015. «Vende-se um volume semelhante por preços menores», explica.

Evolução da venda de combustíveis em Pernambuco pela distribuidoras, conforme site da ANP

etanol hidratado

1º trimestre 2016	56.204 m ³		
2º trimestre 2016	52.985 m ³		
Julho 2016	16.986 m ³	Variação Acumulada anual:	-18,2%
Agosto 2016	15.492 m ³	Total em 2016:	141.667 m ³

gasolina c

1º trimestre 2016	345.647 m ³		
2º trimestre 2016	345.825 m ³		
Julho 2016	116.303 m ³	Variação Acumulada anual:	0,8%
Agosto 2016	122.687 m ³	Total em 2016:	930.464 m ³

diesel

1º trimestre 2016	314.500 m ³		
2º trimestre 2016	308.281 m ³		
Julho 2016	102.092 m ³	Variação Acumulada anual:	-23,4%
Agosto 2016	110.087 m ³	Total em 2016:	834.960 m ³

Aumento nas importações prejudicam os pequenas



Uma prática comum entre as distribuidoras de combustíveis sempre que os preços no mercado internacional estão mais baixos do que os praticados pela Petrobras - a importação da gasolina tipo A - tem como reflexo negativo a desestabilização do mercado da revenda, ao penalizar os pequenos revendedores com capacidade reduzida de armazenagem, que são a maioria em Pernambuco.

A importação é feita por uma trade, responsável por negociar com a distribuidora. Interfere bastante nos preços dessa negociação uma variável específica, que é a quantidade do combustíveis adquirido. Quanto maior o volume, menor o valor do litro. "O grande problema é que muitas vezes, para chegar a um valor do interesse da distribuidora, é adquirido um valor maior do que o da demanda usual. Para não pagar multa por armazenagem, a distribuidora realiza "promoções" vendendo aos postos de sua bandeira o

combustível com o preço abaixo do mercado", explica Alfredo Pinheiro Ramos.

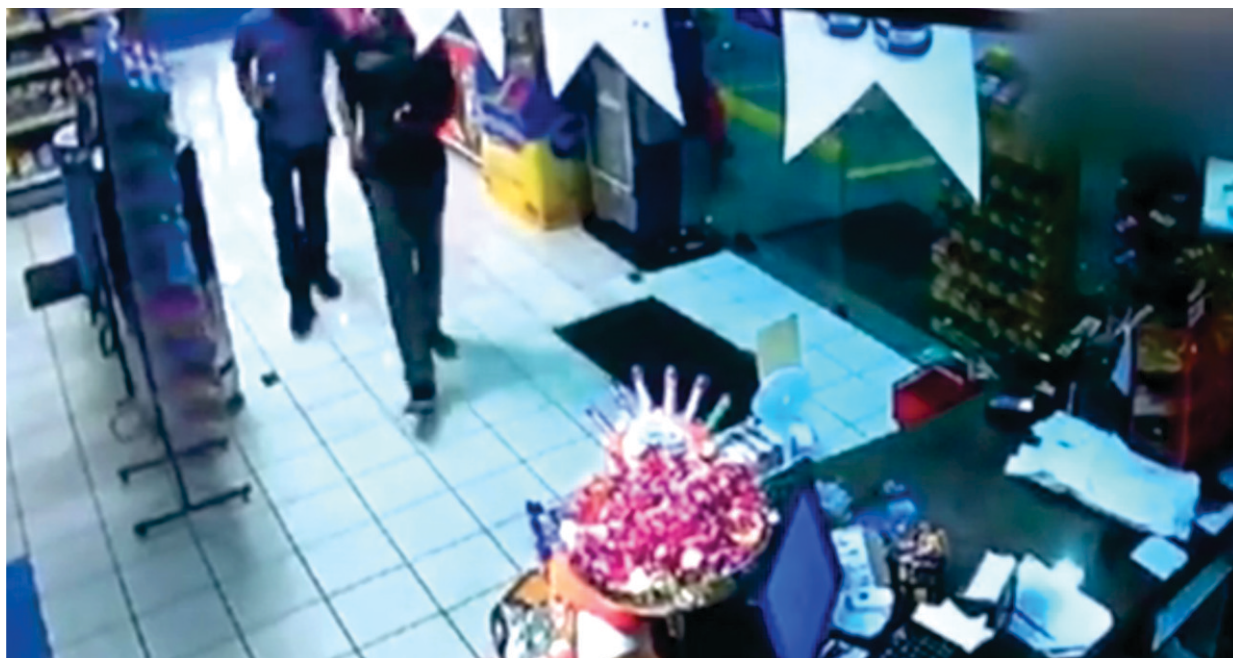
Ainda segundo ele, os postos que possuem condições de armazenar em seus pátios um volume maior, também para agilizar a saída desse combustível, terminam praticando condutas comerciais que estão levando os postos menores a não conseguirem condições de concorrência. "Alguns já estão fechando suas portas e muitos outros já foram colocados à venda por seus proprietários, cansados dessa prática predadora", fala ele.

"A gente fica preocupado com o que está ocorrendo com o segmento da revenda e mais ainda porque o consumidor final não entende tanta variação de preços em pouco tempo, gerando uma imagem negativa para o setor. Os postos são sempre cobrados, criticados e pressionados, mas ninguém vai atrás de uma explicação das distribuidoras", comenta ele.

Para sobreviver e continuar gerando empregos dentro da legalidade e impostos, os postos precisam de uma margem viável, que cubra seus custos operacionais. O sindicato espera que com a decisão da Petrobras de acompanhar o mercado internacional, divulgada na primeira quinzena de outubro, essa prática deixe de ocorrer com tanta frequência.



Onda de assaltos assusta revendedores



Estima-se a ocorrência de mais de 100 assaltos à postos de combustíveis por mês no Estado

Com a crise econômica e social que ainda não foi embora, estão cada vez mais ousadas as investidas de assaltantes dentro dos postos revendedores de combustíveis do estado. Uma estimativa do Sindicombustíveis-PE dá conta de cerca de pelo menos 100 ocorrências no mês apenas no Grande Recife. Acompanha-se a progressão dos níveis de violência, uma vez que os assaltantes não agem apenas levando o apurado das mãos dos frentistas, como era mais comum, mas passaram a explodir cofres e caixas eletrônicos, gerando prejuízos que vão além dos valores roubados.

«Uma vez que o posto é uma ilha de serviços para seus usuários, que além de abastecerem seus veículos, servem-se das lojas de conveniência, de caixas eletrônicos, entre outros, deveria também ser uma ilha de segurança»

A diretoria do Sindicombustíveis-PE, com o objetivo de defender a categoria exigindo maior atenção do poder público quanto à segurança oferecida, tem procurado a Secretaria de Defesa Social - SDS do Governo do Estado, da qual recebeu a orientação de que os postos devem sempre registrar o Boletim de Ocorrência - BO para que esses casos integrem as estatísticas da secretaria. «O ladrão chega a pé, de bicicleta, de moto e até de carro com capacete para evitar o reconhecimento. Já não sabemos como identificar um possível suspeito, pois qualquer um tem acesso a área do posto», conta o presidente do Sindicombustíveis-PE, Alfredo Pinheiro Ramos, registrando o grau de vulnerabilidade desses estabelecimentos. "Uma vez que o posto é uma ilha de serviços para seus usuários, que além de abastecerem seus veículos, servem-se das lojas de conveniência, de caixas eletrônicos, entre outros, deveria também ser uma ilha de segurança", acredita ele. Mas pelo contrário: viramos o caixa eletrônico dos bandidos", lamenta.

De acordo com ele, o sindicato entende a dificuldade do governo do estado na contenção da

violência, cujos índices aumentaram também em outros estados. Mas por outro lado percebe que é preciso exigir um apoio maior da SDS-PE na cobrança do prosseguimento dos processos nas delegacias de bairro. "Muitas vezes o empresário, já cansado de tanto ser assaltado, não quer fazer o BO porque em outras experiências viram que os inquéritos não caminham", conta.

Por mais entrosamento entre o Executivo e o Judiciário

O Sindicombustíveis-PE está pleiteando também um maior entrosamento do poder judiciário e do executivo no sentido de concluir esses processos. Alfredo Pinheiro Ramos alerta, pro exemplo, que a Central de Custódia tem gerado um efeito contrário à essa solução. "46% dos flagrantes que são levados para lá são liberados porque nos registros da Central ele é réu primário, uma vez que ainda não foi julgado pelos seus delitos anteriores por conta dos inquéritos não caminharem", critica ele.

Enquanto isso, o Sindicombustíveis-PE segue

46% dos flagrantes que são levados para a Central de Custódia são liberados porque nos registros o autor é réu primário, uma vez que ainda não foi julgado pelos seus delitos anteriores por conta dos inquéritos, que não caminham de forma célere.

orientando os seus associados a investirem em Câmeras de segurança com imagens em HD, alarmes e contratos com empresas de segurança. "Mesmo assim temos sofrido bastante. Mas não podemos esmorecer e vamos continuar enfrentando essas situações buscando a ajuda da polícia, da justiça e da comunidade do entorno dos estabelecimentos, que muitas vezes são os principais beneficiários dos postos", conclui.

Neste posto, além do frentista, o cliente que chegou para abastecer também foi assaltado





Villarroel
Contabilidade & Consultoria

A VILLARROEL CONTABILIDADE & CONSULTORIA LTDA Com 12 anos de experiência em Contabilidade, atuando no ramo de comercio e serviços, com um departamento dedicado ao segmento de postos de combustíveis e lojas de conveniência. (Especialistas em Arquivos – SEF2.Edoc, Spead,EFD)
Endereço: Rua Vigário Barreto, 122 Sala 04 – Graças – Recife – PE, CEP 52.020-140
Fone: + 55- 81-2126-0400 - www.villarroel.com.br

Corpo de Bombeiros

Em reunião com o Corpo de Bombeiros de Pernambuco, o Sindicombustíveis-PE solicitou a criação de procedimentos para a liberação das renovações dos Atestados de Regularidade emitidos pela corporação aos revendedores de combustíveis de Pernambuco. O objetivo é orientá-los melhor a fim de agilizar todo o processo. Na ocasião, também ficou definida a prorrogação da exigência dos projetos de construção dos postos. Para isso, no entanto, é necessário que o posto firme com o Corpo de Bombeiros um termo de ajustamento de conduta. Mais informações podem ser obtidas junto à secretaria executiva do Sindicombustíveis-PE.



NR20 - Reciclagem



As equipes de treinamento do Sindicombustíveis-PE estão aptas para realizar a reciclagem dos funcionários dos postos de combustíveis que já foram treinados conforme exigência da NR20. O sindicato lembra que os certificados emitidos após a conclusão do curso possuem prazos de validade estabelecidos também pela norma regulamentadora. Para agendar uma turma, basta entrar em contato com o Sindicombustíveis-PE.

PROCON-PE - Em visita ao Procon em agosto, a consultoria jurídica do Sindicombustíveis-PE conseguiu uma redução da ordem de 70% em multas aplicadas pelo órgão contra postos revendedores de combustíveis. O pleito foi encaminhado pelo consultor jurídico da entidade, Luiz Ricardo Guerra.

Comissão de Conciliação

O revendedor de combustíveis que deseja ter as suas demandas trabalhistas solucionadas da forma rápida e objetiva pode contar com a Comissão de Conciliação Prévia - CCP, montada pelo Sindicombustíveis-PE em parceria com o Sinpospetro. Durante a audiência, as partes envolvidas são auxiliadas por representantes dos dois sindicatos - laboral e patronal. A CCP funciona na Av. Abdias de Carvalho, nº807, sala 102.



Permissionárias autorizadas pelo IPEM

Por solicitação do Sindicombustíveis-PE, o IPEM divulgou lista de permissionárias autorizadas para conserto de bombas medidoras. São elas:

Forte Instalação e Manutenção LTDA-ME
Astepi Comércio e Serviços LTDA-ME

Tática Engenharia Imobiliária e Representações
Eletrobombas Comércio e Serviços LTDA-ME
Servtec Comércio e Serviços
Mult Engenharia LTDA-ME

Edimec Assistência Técnica LTDA - ME
Pumpserv Serviço e Comércio LTDA - ME

ArtMEC Reparação e Manutenção LTDA-ME
Probombas Manutenção e Locações LTDA-ME

Servpump Serviços de Manutenção
J. Muniz da Silva - ME

Pedro José da Silva Peças - ME
ServPosto Comércio e Serviços LTDA-ME

E. Pascoal Comércio, Serviços e Assistência
Livia Fonseca de Athayde Eireli - ME
Tecbombas Comércio e Serviços LTDA-ME
Ygor Pabullo Araújo Barreto Eireli - ME

Os contatos estão disponíveis em arquivo em PDF disponível no site e na fanpage do Sindicombustíveis-PE.

MUSEU DO ESTADO RECONTA NOSSA HISTÓRIA



Uma curiosidade sobre a estrutura do casarão é que em sua planta original não havia o primeiro andar.

Na Avenida Rui Barbosa, um dos mais movimentados corredores viários da zona norte do Recife, dois postos de combustíveis, um BR e outro de bandeira Shell, tem em comum um ilustre vizinho: o Museu do Estado de Pernambuco, abrigado em um belo palacete do século XIX, erguido pelo Barão de

Beberibe, como residência para seu filho, Augusto Frederico de Oliveira.

Da rua, o palacete chama atenção pelos seus belos jardins, esculturas de musas em mármore e vasos de cerâmica portuguesa. Dentro, o Museu do Estado guarda com zelo um acervo de mais de catorze mil itens, agregando importantes coleções que se distribuem nas seguintes categorias: Arqueologia, Cultura Indígena, Presença Holandesa em Pernambuco, Arte Sacra, Cultura Afro-brasileira, Ex-votos, Iconografia, Mobiliário, Porcelana, Cristais e Pintura com telas de artistas como Cícero Dias, Telles Júnior, Francisco Brennand e Burle Marx.

São 9.043 m² por onde se distribuem o casarão principal, o anexo I - Espaço Cícero Dias, o auditório Joaquim Cardoso, o Centro de Documentação





Cícero Dias, e o anexo II, no qual funcionam cursos e oficinas de arte.

A diversidade e a grande fragmentação cultural de Pernambuco está representada nas suas coleções. São exemplos a coleção do comendador José Ferreira Baltar (1929), a coleção do Liceu Artes e ofício (1930) que remete ao Brasil Império, a coleção Brás Ribeiro, contendo porcelanas e exemplares de mobiliários do Brasil Colônia e Império, a coleção general Paulo Figueiredo, com material relacionado às civilizações pré-incaicas adquiridas na Bolívia em 1936, a coleção afro-brasileira com itens do culto afro do Xangô em Pernambuco.

O museu abriga ainda a coleção Lívio Teixeira, reunindo 3.320 peças doadas ao Estado em 1947, Coleção Bandepe, Coleção Magdalena Arraes, Queralt, Coleção Roque de Brito Alves e a Coleção José Mariano.

Atualmente é gerenciado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe, e encontra-se sob a direção da artista plástica Margô Monteiro. É aberto ao público de terça-feira ao domingo.



ATO COTEPE

ATO COTEPE/PMPF Nº20/16 , DE 21 de OUTUBRO DE 2016.

Recorte Nordeste

Preço médio poderado a consumidor final								
UF	Gasolina C R\$/l	Diesel S10 R\$/l	Diesel R\$/l	QAV R\$/l	AEHC R\$/l	GNV R\$/m ³	Óleo Comb. R\$/l	
AL	3,7950	3,1540	3,0250	2,3200	3,2170	2,3900	-	
BA	3,8000	3,3600	3,1600	-	3,2010	2,4400	-	
CE	3,8300	3,1700	3,1300	-	3,1500	-	-	
MA	3,6140	3,1880	3,0860	-	3,3630	-	-	
PB	3,8378	3,1613	3,0477	1,8742	3,1770	2,5460	0,8928	
PE	3,7710	3,0430	3,0170	-	2,9710	-	-	
PI	3,6818	3,3014	3,1897	2,4910	3,0376	-	-	
RN	3,8290	3,2900	3,1010	-	3,2630	2,5400	1,6900	
SE	3,5591	3,1582	2,9874	2,4076	3,1075	2,3350	-	

18 | Postos Pernambuco

Últimas

Novo local de funcionamento

Em virtude da construção da nova sede do Sindicombustíveis-PE no espaço onde se localizava o imóvel onde o sindicato funcionou há mais de 15 anos, na Rua Adolfo Ciriaco, 15, Prado, a entidade passou a funcionar provisoriamente na Rua Astorga, 120, na Ilha do Retiro. Os canais de comunicação como telefones, fax e e-mails continuam os mesmos. Fone: (81) 3227-1035 | Fax: (81) 3445-2328

Mais economia com LED

O terreno onde funciona o estacionamento da sede do Sindicombustíveis-PE, na Rua Adolfo Ciriaco, continuará com a mesma destinação após a conclusão das obras. Nele, já foram feitas as trocas das lâmpadas comuns por novas de LED, resultando em uma melhor iluminação e redução no gasto de energia. Para isso, o sindicato contou com a parceria da FML Tecnologia LED.



Telefones e sites úteis



SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO - Fone: 81 3355 8123

SEFAZ-PE - www.sefaz.pe.gov.br.
Fone: 08002851244

CPRH - ww.cprh.pe.gov.br
Fone: 81 3182-8800

Polícia Militar de Pernambuco | Bombeiros - 190

SAMU - 192

ANP - www.anp.gov.br - Fone: 0800 2851244

COPERGÁS - www.copergas.com.br
Fone: 0800 281 2002 / 81 3184 2000
Gerência de Comercialização Veicular - Fone: 81 3184 2016

IBAMA - www.ibama.gov.br - Superintendência do Ibama em Pernambuco - Fone: 81 3201 3800 / 3802 / 3803. Escritório Regional Salgueiro: 81 3871 0006.

IPEM - www.ipem.pe.gov.br - Fone: 81 3184 4700

SEMAM - PCR - Fone: 81 3355 5817 - 08007204444



Havoline[®]

PRO DS[™]

TECNOLOGIA DOS ÓLEOS SINTÉTICOS.

- ♦ DESEMPENHO EXCEPCIONAL;
- ♦ EXCELENTE PROTEÇÃO CONTRA O DESGASTE;
- ♦ MAXIMIZA A ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL;
- ♦ PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.



Cinto de segurança salva vidas.
Consulte sempre o manual do veículo.

#CURTASEUDESTINO

TEXACO.COM.BR/HAVOLINE



TEXACOLUBRIFICANTES



PRODUTOSTEXACO



HAVOLINEBRASIL

© 2016 Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. Todos os direitos reservados. Todas as marcas são de propriedade da Chevron Intellectual Property LLC. CONAMA. O descarte inadequado do produto e sua embalagem contaminam água e solo. Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores têm responsabilidade compartilhada pela sua devolução e destinação. O produto usado e ou contaminado e sua embalagem devem ser reciclados. Consumidor devolva-os onde os comprou ou nos postos de serviços automotivos. Preserve o meio ambiente.

PROMOÇÃO

MILHAS AGORA

CONCORRA A 10.000
MILHAS PARA ABASTECER
SEU SALDO DE VIAGENS.

SÃO MAIS DE 100 GANHADORES POR DIA.



Abasteça
R\$ 50 em
produtos da
família **Shell**
V-Power.



Envie uma foto
do seu cupom
fiscal pelo app
Shell Box ou
pelo site.



Descubra na
hora se ganhou
10.000 milhas
Smiles.

Smiles



Saiba mais:
shell.com.br/milhasagora

